



A Genialidade Contraditória de Antifonte

The Genius Antiphon Contradictorily

Ana Alyce Pereira Saraiva¹
Universidade do Estado de Minas Gerais

Resumo: Este trabalho visa descobrir como nasce o conceito de contradição na Grécia antiga e como acontece este fenômeno através da análise da obra *Testemunhos, fragmentos, discursos* de autoria do sofista Antifonte. A contradição é um fenômeno de difícil apreciação, porém, a capacidade da contradição em desenvolver ideias novas e opostas na mente das pessoas em virtude da incompatibilidade encontrada em um mesmo fato, incutiu o anseio em se explorar esse fenômeno. Assim, busca-se, através desta pesquisa, expandir nosso modo de interpretação, através do estudo acerca dos sofistas e seus métodos juntamente com a análise de diálogos traçados por Antifonte, almejando desbravar essa árdua missão no que tange

¹ Graduanda em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais.
E-mail: ana_alyce_saraiva@hotmail.com

a conceituação da contradição. Na perspectiva que aqui se esboça, creio que será de extrema relevância para uma conclusão satisfatória a observância da prática de discursos tidos como contraditórios e o modo de interpretá-los, o exame de discursos conflitantes entre duas teses apresentadas de modo plausível e concreto que possuem elementos em comuns e também dissonantes.

Palavras-chave: Contradição. Discursos. Antifonte. Diálogos. Platão.

Abstract: This work aims to find out how is born the concept of Contradiction in ancient Greece and how happens this phenomenon by analyzing the Testimonies work, fragments of the sophist Antiphon written speeches. Contradiction is a phenomenon difficult to assess, however, the contradiction of the ability to develop new and opposing ideas in people's minds because of the incompatibility found in the same fact, instilled the desire to explore this phenomenon. Thus, we seek to expand our research through this mode of interpretation, through the study of the sophists and their methods along with the dialogues analysis outlined by Antiphon, aiming to tame this difficult task regarding the concept of contradiction. From the perspective here is outlined, I believe it is extremely important for a successful conclusion compliance with the practice of speeches seen as contradictory and how to interpret them, the examination of conflicting discourses between two theses presented plausibly and concrete that they

have common elements and also dissonant.

Keywords: Contradiction. Speeches. Antiphon. Dialogues. Plato.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo retrata a busca incessante pelo nascimento de um conceito, não se trata aqui de pensar nele como algo absoluto. Isso ocorre em razão do limite histórico da interpretação, visto que estamos falando em nascimento de um conceito nos textos aos quais nós temos acesso. Limitamos nosso campo de pesquisa aos textos examinados, a fim de buscar neles o melhor conceito que se adeque a esse fenômeno crucial para o nascimento da *polis*, da filosofia e da retórica grega, que é a contradição. Portanto, o estudo da contradição em diferentes cenários visa retirar esse fenômeno do seu plano abstrato se atentando melhor sobre seu modo de agir e sua influência com o passar dos tempos e em cenários distintos.

A contradição, por ser um fenômeno de difícil percepção, não sendo algo palpável se torna um grande desafio de estudo, porém é necessária uma análise sobre este desacordo entre palavras e ações para

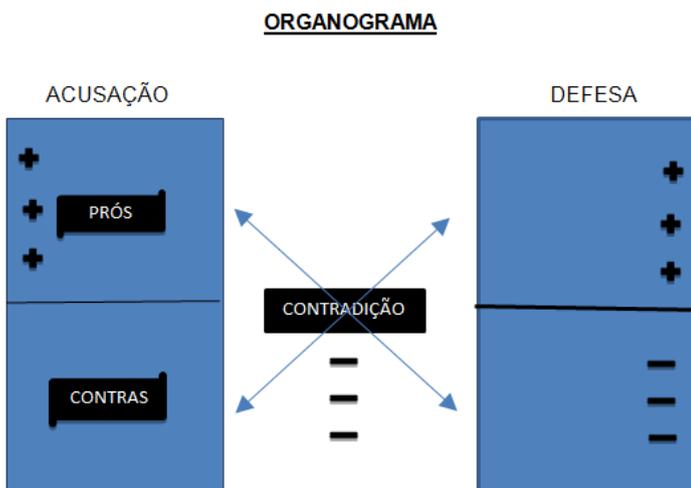
uma correta e plausível decisão, seja jurídica ou não. Em razão disso, essa pesquisa tem o objetivo de demonstrar como as incoerências são aptas a criarem diferentes formas de interpretação.

Perante a incompatibilidade lógica entre duas ou mais proposições, permite-se uma visão ampliada de diversos posicionamentos, oportunizando a criação de uma cadeia de ideias que demonstram como a divergência de opiniões constroem opiniões livres de preconceitos e conceitos próprios, criando assim conclusões distintas que se amoldam uma a outra.

Veremos ao longo desse artigo o modo de se utilizar a contradição em Antifonte de Atenas, cuja obra trata da retórica jurídica e é matriz de várias ponderações, sendo um dos mais antigos registros literários. De modo particular, a tentativa de chegar a respostas antes de um estudo detalhado é insatisfatória. Nesse sentido, será necessário adentrar o berço deste fenômeno ao analisar a contradição na Grécia juntamente com uma abordagem histórica acerca do movimento sofista e das particularidades desse pensador. Na obra do sofista Antifonte, será demonstrada sua capacidade de contradizer-se acrescidas suas *Tetralogias*, que vislumbram um episódio único de embates entre a

acusação e a defesa, contemplando o fenômeno da contradição em várias facetas.

Nesta concisa introdução, reforço a tentativa de tratar o conceito da contradição que, mediante um estudo minucioso, proporciona ao leitor retirar das entrelinhas esse fenômeno tão importante. Elaboramos por hipótese um organograma que representa alguns elementos da contradição nos diálogos analisados e que servirá para resumir o problema da contradição.



() → Indica a desvalorização de qualquer argumento que venha a desafiar a veracidade e que demonstre aspectos negativos que liguem a conduta do sujeito ao fato em análise.

() → Demonstra a supervalorização dos argumentos que comprovam a inocência e não culpabilidade do sujeito; ou seja, o sujeito dá um valor extremo a sua versão dos fatos de modo a provar que a sua visão é a correta e é a visão que deve ser adotada pelos jurados.

→ São os argumentos favoráveis, organizados em uma estrutura que visa reunir todos os contextos possíveis que irão beneficiar a parte interessada. PRÓS

→ Retrata os argumentos que tem o poder de incriminar, de modo a evidenciar os pontos negativos que comprovam a culpa, frisando tudo de danoso e contraproducente que possa prejudicar os envolvidos. CONTRAS

→ **A contradição é a inversão, ou seja, a transposição entre os diferentes argumentos.** CONTRADIÇÃO

Observa-se que, de um lado, temos a acusação e, do outro, a defesa com fulcro nas *tetralogias* descritas na obra do sofista Antifonte. Há um embate direto entre esses dois polos. Como se vê, a partir de um confronto em que se deparam acusação e defesa, temos nesse entrevero o fenômeno da contradição, que surge entre as lacunas e as incompatibilidades de um e outro argumento tratado e, de repente, faz uma inversão em nossos pensamentos. Busca-se claramente aquilo que pode ser comum aos argumentos absolutamente opostos.

Pretende-se com este organograma elucidar o modo de agir da contradição, demonstrando como argumentos distintos são capazes de construir uma cadeia de indagações e ideias novas, através do que é

dessemelhante e também do que é comum nas posições contraditórias.

2. A contradição em diferentes cenários

2.1. A Contradição na Grécia

O período vivido em Atenas no século V a.C. enfrenta uma série de entraves para a sua devida compreensão, pois não restaram escritos completos de nenhum dos sofistas que se tem conhecimento, havendo apenas fragmentos e sumários muitas vezes obscuros e confusos, para serem usados como objetos de pesquisas. Outro fator problemático na análise desses pensadores é o fato de ser o filósofo Platão um dos maiores fornecedores de informações sobre os sofistas, embora seja também o maior crítico destes, tratando-os de modo extremamente hostil. Na disputa travada entre os sofistas e Platão, este foi considerado o certo durante muito tempo, e aqueles, os errados. Assim, como diz G.B. Kerferd (2003): “a uma espécie de meia-vida entre os pré-socráticos, de um lado, e Platão e Aristóteles, de outro”, desse modo, os sofistas parecem vagar sempre como “almas perdidas” (KERFERD, 2003, p.10-12) entre os filósofos, não sendo reconhecidos como grandes

pensadores nem tendo suas habilidades devidamente conhecidas.

Neste contexto muitos padrões foram duramente atacados e o movimento sofista foi de extrema importância para expressar todas essas transformações e a transição da cultura poética para a formação efetiva da *pólis*. A necessidade de se compreender melhor o relativismo trazido pela arte sofística era um ponto inerente às mutações sofridas nessa época, ressalta-se que o histórico de tentativas anteriores para se avaliar os sofistas é essencial para a melhor compreensão juntamente com a situação histórica e social que produziu a atividade desses pensadores.

A hostilidade de Platão com relação aos sofistas é notória e sempre foi reconhecida pelos pesquisadores da área, porém, pelo fato de ele ser um dos principais portadores de informações sobre os sofistas, é necessário que se faça uma análise de suas obras. As conclusões feitas por Platão não são científicas, pois não se baseiam em “princípios racionais e são incapazes de dar explicações” (KERFERD, 2003, p. 13). A sua investigação sobre a sofística detém caráter empírico e na maioria de suas obras trata os sofistas com certa antipatia. Em razão disso, este filósofo os define muitas vezes como “caçadores assalariados de jovens ricos”, “homens que vendem virtude” ou

até mesmo “o sofista é alguém que entretém controvérsias do tipo chamado erística ²” (KERFERD, 2003, p. 14), dentre outros.

Ante essa série de condenações inequívocas, os sofistas construíram sua história com fama de não serem pensadores sérios que não tinham relevância alguma na história da filosofia juntamente com o fato de terem seus conhecimentos tidos como imorais. Porém, na primeira metade do século XIX, houve uma reformulação desta ideia, pois, com o desenvolvimento de novas abordagens da história, notou-se que os sofistas estavam sendo caracterizados de modo errôneo. E o relativismo deles estava sendo exagerado pela leitura platônica e aristotélica.

O nome sofista advém das palavras gregas *sophos* e *sophia* que significam “sábio” e “sabedoria”. No momento em que um sofista era tido como um profissional em sua área, estes se viam no direito de cobrar honorários, assim foram inovadores em comparação ao demais de sua época.

O fato de os sofistas cobrarem honorários desagradava a uma série de pessoas, pois estes afirmavam que virtude e sabedoria não eram espécies de coisas a serem vendidas. O que

mais os incomodava era o fato de que os sofistas “vendiam” sua arte para os homens que podiam pagar pelos seus ensinamentos. Isso ocorre porque os poderosos perderiam seus “status” de superioridade na sociedade e se igualariam a quem quer que fosse. Assim, todos que pudessem pagar pelos serviços dos sofistas poderiam aprender as técnicas para se tornar um político eficiente e bem-sucedido. Tal fato era visto por muitos como algo errado, mas observando tal conduta nos dias de hoje, notamos uma arte acessível a todos com o condão de instruir quem se interessasse.

O primeiro passo dado para se reformular o papel dos sofistas na filosofia foi o conceito criado por Hegel, no tocante ao termo “dialética”; fazendo surgir um referencial para o estudo das obras de Platão e, de certa forma, possibilitando uma melhor compreensão da erística praticada pelos sofistas perante as diferenças abordadas na dialética de Platão. A dialética era vista por Hegel da seguinte forma:

O movimento de seu pensar segue o padrão universal para todo pensamento: começa por formular uma tese positiva que é, em seguida, negada pela antítese. Prosseguindo, o pensamento produz uma síntese de tese e antítese, e o processo continua com a síntese formando a tese de um novo ciclo, a cada vez, até que tudo o que estava implícito no ponto de partida original tenha se tornado explícito. (KERFERD, 2003, p. 18)

² O termo erística provém de *Éris*, deusa grega da discórdia. A erística é a arte da disputa argumentativa no debate filosófico, desenvolvida pelos sofistas através de sua habilidade verbal e rapidez de raciocínio.

Assim, temos o conceito de dialética como algo que não aceita como verdadeiro nada que não tenha ele mesmo aprovado, havendo uma busca incessante por algo absoluto e sem arestas, ou seja, algo sólido que não permita dúvidas, mas apenas com o fim da verdade acima de tudo.

Através do princípio da subjetividade, segundo o qual “se supõe que seja o próprio sujeito pensante e perceptivo quem determina seus próprios pensamentos e percepções” (KERFERD, 2003, p. 19), nascia à caracterização dos sofistas, seres que autodeterminavam seus pensamentos, livres de verdades absolutas, como pregava os dialéticos.

A aceitação dos sofistas como entes subjetivistas foi aceita por todo o século XIX e no primeiro terço do século XX. Porém, a reputação destes caminhou para um caminho obscuro, haja vista que, “verdade e realidade eram objetivas, não subjetivas”, perante isso, as indagações de Platão ainda estavam sendo amplamente aceitas (KERFERD, 2003, p. 19). Desse modo, ao se defender o ponto de vista dos sofistas, negava-se os valores morais tão tradicionais e sagrados na época.

A obra de George Grote teve como principal intuito reavaliar os sofistas, este os via como “campeões do progresso intelectual” (KERFERD,

2003, p. 20), afirmando ainda que eram “mestres que simplesmente representavam as opiniões correntes na sua época” (GROTE, 1846, p. 56 apud KERFERD, 2003, p.20). Em defesa dos sofistas, Grote afirmava que não se tratava de uma escola ou seita, mas sim, uma profissão sem a existência de comunidade doutrinária. Diante esse argumento, foi possível mostrar aos demais que a conduta discutível de um sofista não poderia afetar os demais.

Perante as análises de Grote, os sofistas ganharam aceitação geral, pois “simplesmente não era um fato histórico que eles tivessem envenenado e desmoralizado, por ensino corrupto, o caráter moral ateniense” (KERFERD, 2003, p. 21), assim, a fama dos sofistas ganhou uma grande defesa a seu favor. Kerferd em sua obra o Movimento Sofista, cita o autor Wilhem Nestle, que dizia que os sofistas eram diferentes dos filósofos pelo objeto com que se ocupavam. Estes estudavam os homens em sociedade, ocupando-se do “conhecimento subjetivo para propósitos práticos, para assegurar domínio sobre os homens e sobre a vida, ao passo que o filósofo se ocupa com o conhecimento pelo próprio conhecimento”. (KERFERD, 2003, p.23)

Em uma visão positiva sobre os sofistas, havia maior preocupação com

o que estes faziam e eram do que sobre o que eles pensavam, assim, tratava-se de uma abordagem pela qual os sofistas eram inspirados por um ideal educacional da retórica, tidos como mestres do ideal da virtude política, visando o sucesso na vida em todos os seus aspectos.

2.2. A Contradição dos Sofistas

Ainda hoje é difícil definir os sofistas e seu papel na Antiguidade, porém, com base nas leituras que guiam este trabalho, torna-se possível conhecer sua historicidade, como o próprio termo *sophistés* era usado em sua origem como sinônimo de *sophós* que significa sábio, como afirma Bárbara Cassin (2005). Assim, os sofistas se apresentam como “novos mestres”, aqueles que sabem falar, tendo uma retórica invejável dotados de um valor social e político; tal virtude era em razão do modo inteiramente convincente pelo qual estes se comunicavam, obtendo consenso através de suas próprias razões.

Na obra *Os Sofistas* (UNTERSTEINER, 1967 apud KERFERD, 2003, p. 25) estes não trilhavam os caminhos do ceticismo, pois permitiam contradições. Assim, existiria sempre um conflito que possibilitaria uma espécie de

“multiplicidade de experiência”; ou seja, o nascimento ou a morte de novas concepções dentro de nós. Porém, grande parte desse raciocínio é algo invisível; ou seja, só pode ser “entendido dentro do esquema geral de pensamento do filósofo”.

A obra de Kerferd traz que os sofistas representavam um abandono da especulação física em direção a algo novo, tal afirmação define bem o relevante papel dos sofistas na história da Grécia, pois eles inovaram o modo de pensar de todo um povo implementando elementos novos e capazes de moldar variados tipos de pensamentos.

Através do poder da linguagem os sofistas eram capazes de transformar as coisas, de modo que estas parecessem grandes ou pequenas, e até mesmo que coisas novas parecessem antigas e vice-versa. Destarte, estes pensadores descobriram tanto a concisão de argumentos como a contradizer através da arte dos discursos. Na obra de Antifonte há uma rivalização imaginária, explanando uma cadeia de argumentos totalmente contraditórios entre si, mas que ecoam com brilhantismo a forma pela qual emerge esse fenômeno tão importante e constitutivo para a cidade grega: a arte de contradizer.

3. Uma análise das *tetralogias* de antifonte

A capacidade própria de Antifonte de rivalizar-se consigo mesmo, sobretudo nas *Tetralogias* permite diagnosticar em cada caso proposto a influência e a presença implícita da contradição, visto que, ao proferir dois discursos um pela acusação e um pela defesa o autor os descreve de modo igualmente brilhante nos seguintes casos: acusação contra a madrasta de assassinato por envenenamento. *Tetralogia* I e II: assassinato anônimo e *Tetralogia* III: processo de assassinato contra o que se diz apartado de culpa. Ao se analisar a obra *Testemunhos, fragmentos e discursos* do ateniense Antifonte, visando retratar e abordar de forma crítica os distintos pontos de vista do autor será enfatizado a capacidade de uma mesma pessoa desenvolver duas teses totalmente contrárias, demonstrando sua aptidão em defendê-las com a mesma genialidade. Essa habilidade expressa pelo sofista comprova como a contradição está na estrutura de um argumento e pode ser o principal guia de um discurso que revele inconsistências observadas em um ou outro ponto de vista. O objetivo é compor assim uma única estrutura dupla, “captando” o melhor de cada um dos dois argumentos.

3.1. Testemunhos, fragmentos e discursos

As *Tetralogias* de Antifonte consistem em um conjunto de quatro discursos, sendo iniciada com o discurso do acusador, a seguir a resposta do defensor e depois um segundo discurso de cada lado, trata-se de modelos esquemáticos de discurso que possibilitam ao leitor extrair de seu conteúdo uma ideia clara da maneira como atua a acusação e a defesa nos casos narrados pelo sofista.

Ressalta-se o fato de que um número considerável de escritos não sobreviveu com o passar dos tempos, assim, alguns escritos de Antifonte não são completos, sendo apenas fragmentos. Desse modo, há casos em sua obra que possuem apenas a acusação sendo faltosa a defesa.

O discurso escrito pelo sofista retrata um Antifonte múltiplo, surgindo na antiguidade a suspeita se haveria mais de um Antifonte, em virtude de seus discursos dispares em conteúdo e forma. Diante essa percepção tão diferente traçada pela mesma pessoa surge as *Tetralogias* que encenam dois discursos reciprocamente opostos sobre a mesma coisa.

No caso da acusação contra a madrasta que é apontada como assassina por envenenar seu marido, inicia-se com o filho do morto que faz

uma queixa contra a madrasta e perante sua inexperiência se apresenta aos juízes da época, a fim de comprovar a culpa da madrasta através de um discurso rodeado por emoção e conflitos familiares.

Na *Tetralogia I* a divisão do discurso é diferente, pois não há apresentação do assunto nos proêmios, em virtude de o fato não ter sido totalmente apurado pelo autor. Nessa *Tetralogia* será analisado o assassinato de um senhor e seu escravo e logo no início nota-se uma completa negação sobre quem teria cometido o assassinato, vindo posteriormente à questão da deliberação premeditada e, de resto, como se lançou a decisão. Há nesse episódio provas sobre o testemunho do escravo e em seguida, digressão e epílogo.

A *Tetralogia II* trata do caso de dois jovens que se exercitavam e um acaba atingindo o outro no lançamento de dardos, assim, se inicia uma série de indagações sobre a questão do assassinato involuntário. Inicia-se uma discussão em que de um lado temos uma incriminação recíproca e, por outro lado, há o deslocamento da questão.

Por fim, temos a *Tetralogia III*, que traz um assassinato envolvendo um jovem e um senhor que vem a óbito em virtude da luta corporal em que ambos caíram. Neste caso o jovem se diz apartado de culpa, pois o senhor

quem começou com os golpes considerados injustos pelo jovem. Daí começa uma série de incriminações recíprocas entre o jovem e os considerados “vingadores dos mortos”.

Sobre as *Tetralogias* descritas por Antifonte, um ponto chama atenção na maioria delas, à questão da involuntariedade dos atos. Importante se faz atentar para essa característica, antes de adentrar aos casos concretos, pois, assim, torna-se possível demonstrar como Antifonte visa demonstrar “dois tipos de conduta criminosa, aquela que envolve apenas o planejamento do crime e a que envolve a participação direta no crime, através do uso que o assassino faz das suas próprias mãos para matar a vítima” (MacDowell, 1989, p.111-116 apud SILVA, 2014, p. 276).

Os atos involuntários podem ocorrer de vários modos, seja por um erro ou ignorância ao executar determinada ação e até mesmo por negligência, imprudência ou imperícia. Tal conduta encontra espaço no campo da falta de intencionalidade, ou seja, não há vontade de cometer um crime. Desse modo, a pessoa pratica o ato sem objetivar o resultado final e sem prévia antecipação do desejado, nesse caso, um crime premeditado.

A exclusão da responsabilidade do agente coator é à base da maioria dos discursos narrados pelo sofista, visto que, através

da persuasão do discurso seria possível eliminar a autoria de algum crime ao se abordar a questão da involuntariedade do suspeito. Assim, muitos diálogos não buscam as causas do crime no ato do réu, mas sim, na conduta da própria vítima, como forma de o acusado devolver ao acusador a mesma história, mas numa esfera diferente, no tocante aos polos da ação e sua culpabilidade.

Perante essa consideração, temos na argumentação do orador das *Tetralogias*, um discurso repleto de sentimentalismo, sofrimento e dor. E será através desse discurso que Antifonte dará ares de tragédia a cada episódio narrado, iniciando-se uma completa inversão de papéis e perspectivas, na qual pensar ao contrário do que se pensa se torna um fantasma para as partes conflitantes, dificultando o conhecimento de quem realmente é o responsável por determinada conduta criminosa.

Assim, o que está em jogo para Antifonte não é propriamente a letra da lei ou um determinado instituto jurídico, mas, sim, a visão de uma “batalha teórica sofisticada que pretende delinear com maior clareza a natureza da responsabilidade criminal” (SILVA, 2014, p. 249).

Diante disso, torna-se necessário adentrar aos casos expostos na obra, como forma de facilitar e sintetizar as ideias e as

razões que moveram Antifonte a desenvolver esta obra tão paradoxal.

3.2. Acusação contra a Madrasta de Assassinato por Envenenamento

Este texto nos oferece uma contextualização acerca do universo em que este se insere, a partir de comentários sobre questões sociais, políticas e culturais de Atenas. É possível notar a transposição de diversas categorias de estilos, que dispõe de uma notável força persuasiva e contribuem para a construção do *pathos*³ do discurso.

Essa história retrata a acusação contra a madrasta em razão do assassinato de seu marido por envenenamento; importante frisar que a madrasta era uma figura comum na sociedade ateniense dos séculos IV e V e tal personagem era cercada por histórias de características negativas, sendo vista como uma vilã que ou maltratava os enteados ou o próprio marido, desse modo, a madrasta já tinha um padrão estereotipado, por definição, como uma mulher maligna.

Duas mulheres se juntam e cogitam a possibilidade de darem cabo aos maridos através de veneno, daí pra frente, elas armam tudo durante uma

³ *Pathos* é o tipo de prova centrado no auditório. Este deve ser emocionalmente impressionado e seduzido.

festa enquanto os homens faziam uma libação em comum e para dar fim a vida de seus companheiros, misturam veneno em sua bebida. Um dos maridos perece ali mesmo em virtude de ter ingerido mais bebida, já o pai do orador em razão de ter tomado menos apenas contraiu uma doença.

O acusador, ou seja, o filho da vítima registra queixa contra a madrasta partindo do indício de que esta e seus filhos não queriam entregar os escravos para o interrogatório, sendo tal atitude extremamente suspeita. O acusador não dispunha de nenhuma evidência concreta quanto à autoria do crime e se apresenta aos juízes de forma modesta e reconhecendo sua pouca idade e sua inexperiência, este se utiliza bastante do apelo emocional, a fim de conseguir a simpatia dos jurados automaticamente, incitando uma antipatia pela parte contrária, através de suas qualidades, como sua modéstia e humildade.

Apesar de não ter conhecimento sobre a defesa apresentada para o caso é grande a possibilidade de os jurados terem se convencido e compartilhado certo receio contra a mulher e admirado a lealdade do filho perante o pai, sendo visto como uma questão importante na sociedade ateniense da época.

As indagações do jovem se pautam no fato de que não se pode

deixar o morto sem vingança e, sobretudo, em razão de ter sido seu pai morto voluntariamente, sendo este, vítima de premeditação, fazem com que o acusador se encha de força para combater a madrasta e seus filhos.

Assim, nota-se que Antifonte trabalhou todo o discurso com base no apelo emocional, partindo do argumento de que em virtude da recusa dos meios-irmãos em interrogar os escravos a fim de verificar o ocorrido – o único argumento significativo do discurso – inicia uma narrativa vívida, repleta de metáforas e imagens trágicas que, além de apelarem diretamente para o lado emocional dos jurados, o fazem também indiretamente ao realizar uma conexão entre a madrasta e o estereótipo mitológico da assassina do marido – representado por Clitemnestra (personagem mitológica, esposa de Agamêmnon, que premeditou seu assassinato como vingança pelo sacrifício de sua filha Ifigênia).

Além dos aspectos referentes à caracterização negativa da madrasta, a questão da lealdade do filho com o pai em contraste com a fidelidade dos meios-irmãos com a madrasta também é um forte apelo ao júri.

Eu vos rogo, ó bravos juízes, que se eu demonstrar que a mãe deles é assassina, com intenção e premeditação, de nosso pai, que não uma vez, mas muitas, foi pega em flagrante tramando a sua morte,

sede, em primeiro lugar, vingadores de vossas leis, as quais recebestes dos deuses e dos vossos descendentes e conforme as quais julgais cada vez que condenais, e, em segundo lugar, sede auxiliares do morto e ao mesmo tempo de mim que fui deixado só. (ANTIFONTE, 2008, p. 119)

Portanto, baseados no teor que “temperava” cada discurso é que se buscava sucesso ou não. Será a partir da melhor encenação baseada na emoção que definirá qual lado convencerá os juízes. Assim, como assevera a pesquisadora Anna Christina da Silva:

pode-se ler os discursos de Antifonte, comparando-os com os discursos de Clitemnestra, considerando-os como um acervo de artifícios verbais que revela o gosto acentuado do orador pelos temas das artimanhas da tagarelice lacrimosa e do engano perigoso do lamento que sempre evoca um funesto destino. (SILVA, 2014, p. 128)

Uma vez que as evidências são escassas, apenas um argumento relevante é capaz de convencer os jurados da culpa da madrasta. Por essa razão, é importante valorizar, na tradução, esses aspectos estilísticos que fazem desse um trabalho ousado e forte e demonstram em suas entrelinhas características que após minuciosamente analisadas configuram uma grande diferença na construção do discurso.

O modo como se apresenta o fato de ser ou não intencional a

conduta da madrasta é um ponto que merece destaque, pois, esta diretamente relacionada com o fato de ser ou não um ato involuntário como descrito no início desse capítulo. O que vemos é uma fusão entre a intencionalidade da madrasta com a retórica presente nos discursos, ou seja, o fato de se contestar ou não algo é o que possibilita aos envolvidos em um caso desfrutar do uso da palavra para criar aquilo que seja mais benéfico para si.

Desse modo, estamos diante da possibilidade de nos reinventarmos a todo o momento através das contradições dos discursos, “a liberdade dialógica e o uso despótico da palavra” (SILVA, 2014, p. 128) que são a chave para essa experiência inovadora que permitirá extrair da retórica tudo de mais valiosa que nela habita. Nesse sentido temos a grandiosidade da contradição e o modo pelo qual esta possibilita a abertura de novas ideias e conceitos.

3.3. *Tetralogia I: Processo de Assassinato Anônimo*

Este discurso trata de um fato ocorrido entre uma dupla composta por um senhor e um escravo que regressam de um jantar e são encontrados recém-mortos a golpes. Depois de sua morte, um parente do

senhor que foi morto acusa seu próprio inimigo capital como responsável pelo assassinato, porém, o outro nega. Desse fato resulta a querela que tem como escopo a personalidade dos envolvidos.

O discurso de acusação defende vigorosamente a culpabilidade do inimigo do senhor morto por golpes, pois, além do temor em acusar um inocente deixando impune o verdadeiro culpado e conseqüentemente manchando a honra da cidade, como pregava os costumes antigos, estávamos diante de um suposto assassino que era explicitamente inimigo declarado do senhor falecido, não deixando dúvidas para os acusadores de sua responsabilidade no crime.

A acusação descartava qualquer outra hipótese de morte, como acidente ou roubo, pois, além dos golpes sofridos por ambas as vítimas, nada foi roubado destas.

A "certeza absoluta" da acusação consiste no fato do réu ser inimigo de longa data da vítima, haja vista que, o acusador já instaurou vários processos contra o acusado e este não foi vitorioso em nenhum litígio. Recentemente o réu estava sendo processado pela vítima, "sob o depósito de dois talentos, por roubo de riquezas sagradas" (ANTIFONTE, 2008, p.133). Após o exposto, a acusação acredita que é verossímil que o acusado tenha

deliberado de modo premeditado visando justamente repelir os golpes que ele poderia vir a sofrer em virtude da existência desses processos. A acusação ainda afirma que:

O desejo de vingança o tomou e o fez se esquecer dos perigos, o medo dos males circunstanciais, aturdindo-o, o deixou mais quente e levou-o a pôr mãos à obra. Esperava, com essas ações, que ficaria encoberto como assassino e ainda escaparia da acusação <de roubo>, pois ninguém se voltaria contra ele e a causa ficaria abandonada. (ANTIFONTE, 2008, p.133)

A verossimilhança é um conceito importante tratado por Antifonte que demonstra, através desta consideração, como se dá a veracidade dos fatos, principalmente na descrição das *Tetralogias*. Ao se apurar esse traço sob a ótica do sofista, nota-se a busca por uma concepção que demonstre uma "suposta aparência de veracidade em oposição à realidade da verdade" (SILVA, 2014, p.114). Nesse contexto, perante a falta de leis escritas, há certa orientação por meio da verossimilhança que permite aos juízes envolvidos compreender através da narração dos fatos como o crime foi cometido.

O encadeamento e o jogo da verossimilhança são as ideias condutoras que regem o acusador, há uma espécie de confronto entre aparência e realidade (SILVA, 2014, p.114) que permite aos juízes retirarem

uma ideia de dentro de um conjunto de argumentos, ou seja, de um todo se consegue retirar uma ideia maior que reflete nos juízes um pensamento que anteriormente não existia.

Deste modo, o conceito aqui tratado possibilita uma explanação com riqueza de detalhes, conduzindo os juízes ao “domínio da evidência de uma demonstração” (SILVA, 2014, p.115). Tudo que é possível ser dito pode ser produzido através dos discursos, narrações, argumentações e objeções. O nascimento de elementos verossímeis que se circundam formando (ou, pelo menos, tentando contemplar) o que chamamos de verdade dos fatos.

Baseado no conceito de verossimilhança proposto por Antifonte, nota-se nessa *Tetralogia* que ao se apresentar o caso aos juízes, o homicídio será exposto como intencional e premeditado, visto que, ao se analisar as mesmas circunstâncias sob uma nova ótica, é possível a criação de uma nova avaliação sobre os mesmo fatos, havendo assim a mudança de foco das suspeitas no momento em que se confrontam as verossimilhanças.

Nota-se um embate entre contradição e verossimilhança, como se, de um lado, houvesse a contradição que surge na singularidade de opiniões radicalmente distintas dos interlocutores e, de outro, há o

surgimento de um novo entendimento sobre o crime, através de representações dramáticas e discursos próprios interpretados pelo orador. Como se uma contradição fosse possível pensar em elementos comuns e verossímeis.

O réu, além de exercer sua defesa a fim de se livrar das acusações, teria de demonstrar quem, de fato, eram os assassinos. A contradição, nesse caso, encontra-se no fato de o réu ser inimigo reconhecido por todos da vítima o que o tornaria o principal suspeito e este seria um ato estúpido, visto que tal atitude o entregaria como principal suspeito.

Nesta *Tetralogia*, nota-se que o principal argumento da defesa é a imagem clara de uma grande contradição. O fato de os envolvidos em um crime serem inimigos de longa data, reconhecidos por todos da sociedade, é o ponto principal usado pelo acusado, pois, sendo ambos inimigos declarados, a inimizade que os cerca é usada como prova de sua inocência, na medida em que soubera que a culpa recairia totalmente sobre si. Nota-se que o argumento basilar da acusação e da defesa estão baseados em uma mesma tese: a inimizade entre os dois e possuem o mesmo conteúdo, porém, com interpretações totalmente contrárias e distintas entre si.

3.4. **Tetralogia II: Processo de Assassinato Involuntário**

O tema do discurso trata de um episódio envolvendo dois adolescentes que se exercitavam no lançamento dos dardos em um ginásio. Após um dos jovens lançar seu projétil conforme as regras do esporte, ele feriu o outro que se exercitava enquanto corria pelo ginásio e se deparou com a lança, ocasionando a morte deste. Conforme o fato narrado, o pai acusa o lançador de homicídio, e este desloca a culpa do golpe para o corredor.

A acusação e a defesa são realizadas pelos pais dos adolescentes envolvidos, a acusação inicia sua argumentação afirmando que se trata de um infeliz acidente, mas que foi devidamente testemunhado e caracterizado. Essa observação poderá constituir o ápice do problema a ser discutido:

Na verdade, acho que o acusado não terá nada a contestar contra mim, pois meu filho, atingido pelas costas, não tem vantagem em seu discurso.

Assim, o pai da vítima apresenta elementos positivos que confirmam a verdade dos fatos, utilizando-se dos indícios de tudo aquilo que ocorreu sem se preocupar em explanar um discurso fortemente persuasivo, ao contrário do modo pelo

qual seu adversário se utiliza em seus discursos de defesa.

O pai do réu ao fazer a defesa de seu filho, não visa criar nenhum ponto superficial sobre os fatos, mas apenas se utilizar do discurso narrado pela acusação e retirar deste suas falhas argumentativas. A defesa não constrói um discurso que atenta contra a exteriorização dos fatos, mas no confronto de uma visão única destes, ou seja, o discurso da defesa irá trabalhar com a ideia de diversidade da unidade que garanta uma interpretação diversa sobre o mesmo dado concreto, sendo tal método a síntese da contradição.

O discurso da acusação em sua primeira parte baseia-se na questão da involuntariedade em face do lançador. O fato, porém, de a ação não ser intencional não diminui as intenções do pai no tocante a uma justa punição e na infelicidade de ser privado do filho. A segunda fase da acusação força o pai a reconhecer que a defesa teve considerando os recursos empregados, porém afirma nada ter feito como descreve o seguinte trecho:

Eu, que nada fiz de mal, padecendo penas miseráveis e terríveis, e agora mais terríveis ainda, pela ação e não pela palavra, busco refúgio em vós e rogo por vossa piedade. Ó homens, vingadores das ações ímpias, concededores das pias, não vos deixeis persuadir pela perversa sutileza dos discursos, contrariamente à evidência das

ações, e não concebeis falsamente a verdade dos fatos. (ANTIFONTE, 2008, p. 158 e 159)

A classificação do crime é outro ponto que merece destaque, visto que há uma inversão da responsabilidade dos envolvidos traçada no discurso da defesa, definindo que as causas da morte não deveriam ser procuradas na ação do réu, mas na ação da vítima. Nesse momento, há um confronto direto nas acusações de crime involuntário abordado pelo acusador, demonstrando-se que a responsabilização pelo crime será o maior problema deste caso.

Os atos voluntários e involuntários voltam a ganhar espaço nos textos de Antifonte, demonstrando como essa questão de presença ou falta de intencionalidade provoca choques nas disputas em questão. Mais exatamente, o crime involuntário não condena o acusado, sendo relevante nesse momento, o que efetivamente levou a vítima a agir com negligência e consequentemente provocar sua própria morte.

O primeiro discurso da defesa do jovem que lançou o dardo ressalta que a fatalidade ocorrida com o jovem foi causada pelo “próprio morto”. Desse modo, em razão da sua conduta equivocada e imprudente ele “errou contra si mesmo” como afirma o pai na defesa de seu filho:

Se o dardo estivesse se movendo fora dos limites determinados quando atingiu o menino que se colocara a frente, nenhum discurso haveria que nos livrasse de termos cometido assassinato. Mas o menino corria sob a trajetória do dardo, ao qual antepôs o seu corpo, [...], portanto não é nossa a culpa que nos impõem. (ANTIFONTE, 2008, p.155)

Nota-se que está em jogo a capacidade de produzir a contradição, e será a partir desse desafio que irá se consumir um “vencedor”. Antifonte propõe, por meio desse momento do discurso, demonstrar como é a confronto direto de duas retóricas opostas. Entender esse caráter filosófico das *Tetralogias* é missão difícil, porém, ao se analisar sob a perspectiva das operações exercidas nos Tribunais, se torna mais evidente o papel tanto da contradição quanto do impacto que os argumentos traçados por Antifonte têm sobre os leitores.

Essa *Tetralogia* traz uma inversão nos polos do processo no que tange a questão de quem é o verdadeiro culpado da morte. A defesa ampara a tese de que o culpado é a própria vítima, pois o erro foi do jovem que correu em direção ao local errado e proporcionou sua própria desgraça. Deste modo, a defesa entende que o erro deste jovem absolve o acusado. Há incidência de uma grande contradição porque, de fato, houve uma vítima, seja quem for considerado culpado a defesa foi extremamente

ousada ao proferir um discurso em que se defende e ao mesmo tempo acusa, criando uma transposição em todo o processo. Portanto, vê-se demonstrada a capacidade da contradição em buscar nos pontos de maior controvérsia seu maior aliado, ou seja, a morte em si é o conteúdo de interpretações contraditórias a respeito do ocorrido, seja ela em razão da culpa do lançador ou do que menino que morreu.

3.5. *Tetralogia* III: Processo de Assassinato contra o que se diz apartado de culpa

A *Tetralogia* III ilustra o processo de assassinato contra o jovem que se diz apartado de culpa, ou seja, este afirma não ser o responsável pela conduta criminosa, visto que estava apenas se defendendo, alegando assim a legítima defesa. Os fatos se dão entre um senhor de mais idade e um jovem que em virtude de uma injúria, caíram em uma luta corporal, em razão de o jovem golpear mais forte e deter mais condições físicas que o senhor, conseqüentemente houve a morte deste. Por causa disso, alguém acusa o jovem de ter cometido assassinato iniciando uma série de incriminações recíprocas, na qual de um lado temos o

jovem que afirma ter se defendido dos golpes do senhor e de outro, temos a acusação indagando o fato de ser a vítima idosa e de ser tal episódio uma total falta de respeito aos valores e costumes da época.

No caso em questão, a vítima parece ser um homem senil que, entregue aos excessos das bebidas alcoólicas, agride sem motivo aparente um jovem que possui mais força e audácia para devolver os golpes sofridos. Assim, as características pessoais dos envolvidos são usadas de modo marcante em cada um dos discursos e permite entender melhor os conceitos morais e jurídicos pertencentes a essa *Tetralogia*.

A acusação explora o valor da vida do ser humano, enfatizando a necessidade de se evitar a morte antes da consumação da velhice, defendendo o que é considerado moralmente bom e quais os valores a serem respeitados. Deste modo, torna-se essencial o castigo ao jovem que violou as prescrições sociais que ordenam não cometer nenhum erro contra os velhos. A relevância que a existência humana tem está diretamente interligada ao respeito e obediência aos deuses.

O acusador se mostra espantado com o discurso oposto, alegando que, independente de quem começou com os golpes injustos, aquele que revida até causar a morte do adversário deve ser

responsabilizado por tal ação. Nesse momento, ao se observar os fatos verossímeis, nota-se que, através da retórica judiciária, o jovem visa apresentar aos juízes uma forma de contra argumentação que determina elementos que indicam como a conduta da própria vítima foi determinante em sua morte. Mas não é somente o caráter do morto que determinou seu trágico fim. Chega o momento de mostrar aos juízes que o ancião, ainda que gravemente ferido, sobreviveu aos golpes e morreu depois de ter sido entregue aos cuidados de um médico pouco competente.

Assim, há uma transposição em que o acusado transfere a responsabilidade pelo assassinato ao médico que cuidou da vítima. Sendo assim, a defesa torna-se, conseqüentemente, uma acusação em revide. O jovem afirma que os golpes foram iniciados injustamente pelo idoso que estava embriagado, sendo que este é o culpado pela sua própria desgraça, visto que o jovem apenas se repeliu das agressões sofridas não considerando suas atitudes de autodefesa injustas. O argumento basilar do acusado refere-se ao fato de que a vítima não morreu no mesmo momento em que recebia os golpes. Isto posto, o jovem não considera que o idoso tenha sido morto por ele, revertendo esta culpa a um médico incompetente e não em decorrência

dos seus golpes. O acusado afirma que outros médicos preveniram o médico em questão de que, caso o paciente fosse tratado pela terapia usada por ele, este correria o risco de perecer, o que, de fato, ocorreu. Com relação à incompetência do médico - argumento proposto pela acusação - a defesa a contempla como um fracasso por inexperiência, afastando a hipótese de culpa do médico.

Nesse momento, voltamos à questão da intencionalidade ou não, questionada anteriormente, no tocante a conduta do médico. Aqui, há um confronto entre a conduta do senhor, ora vítima, os golpes dados pelo jovem e a conduta do médico. Dentre esses personagens só resta a dúvida de quem será o verdadeiro responsável pela morte e se esta foi praticada de modo intencional ou não.

Ao fazer um paralelo entre as *Tetralogias* II e III nota-se que elas são entre si contraditórias no tocante a questão da involuntariedade. A primeira condena vigorosamente que o simples fato de o ato do acusado ter sido involuntário em nada muda ou modifica o aborrecimento e sofrimento vivido, portanto, seja por ato voluntário ou não, o réu deve ser punido de forma justa e sem nem ao menos contestar sobre tais circunstâncias. Em contrapartida, na *Tetralogia* III, descrita anteriormente, a acusação afirma que, perante os fatos, caso o jovem tivesse

matado o idoso involuntariamente o acusado “até mereceria alguma desculpa” (ANTIFONTE, 2008, p.169). Dito isso, nota-se como a questão da involuntariedade, pode ser utilizada de duas formas e interpretada de modos contrários.

4. CONCLUSÃO

A habilidade de contradizer é um dom de poucos, pois os que possuem o domínio deste método não optam por discursos longos, nem curtos, mas por discursos moderados, cercados de dizeres que faziam com que os homens duvidassem do verdadeiro. Quando um ser é capaz de, diante de um mesmo fato que envolve as mesmas pessoas, em um mesmo local que detenha características idênticas, apanhar todas essas informações e usá-las tanto para afirmar determinado ponto de vista, quanto para criticar, este é um ser capaz de se contradizer. Isso era comum no ensino da retórica grega, passar exercícios em que os jovens deveriam levantar uma tese e contradizer a si mesmos simultaneamente. Posteriormente isso ficou conhecido como equipolência dos discursos.

A arte do discurso era inerente aos gregos que são geralmente conhecidos pelos discursos em praça

pública e pela retórica que ganhou destaque nas mais diferentes áreas com o nascimento da cidade e do tribunal grego. No tocante à arte dos discursos, é inegável o fato de que os sofistas eram grandes pensadores capazes de persuadir multidões com discursos fortes.

Observemos a obra de Antifonte. Este traz discursos descritos por ele mesmo tanto na acusação quanto na defesa, em ambos ele estrutura argumentos convincentes e lógicos, permitindo ao interlocutor pensar se tratar de dois autores, e se surpreender pelo fato de que uma mesma pessoa criou conceitos e ideias e posteriormente confrontou-as. Tal ato se dá pelo simples gosto de se contradizer.

Quando se propõe um argumento e posteriormente se contradiz esse mesmo argumento, temos uma inversão do que antes era considerado certo e errado. É como se houvesse uma chave que pudesse ser virada para dois lados em nossa cabeça, um correspondente à defesa e outro correspondente à acusação, só restando aos locutores apertar aquele correlativo a nossa pretensão.

Essa maneira de agir nos enriquece como seres pensantes, na medida em que possibilita romper a todo tempo cadeia de ideias pré-estabelecidas, fazendo ressurgir a todo tempo pensamentos novos e também

nos permite compreender o que existe em comum entre argumentos opostos. E será através dessa rotatividade que seremos capazes de nos atualizar, não ficando presos às ideias fixas que nos delimitam enquanto pessoas.

Antifonte era tão perspicaz que este possuía um tipo de consultório em que realizava perguntas e respostas aos doentes, encorajando-os com suas palavras, afim de que se livrassem de suas aflições. Fica assim claro, que Antifonte, como um sofista, detinha a capacidade criar argumentos que fossem capazes de se moldar a cada caso específico, assim, no momento em que necessitasse produzir discursos, este o faria do mesmo modo. Tal afirmação corrobora com as *tetralogias* expostas nas quais o filósofo contradiz a si mesmo, realizando exercícios retóricos que o tornava apto a falar e derrubar qualquer discurso.

Importante frisar que, ao se iniciar o estudo acerca da contradição, nos deparamos com métodos diversos pelo quais tal fenômeno acontece, podemos vê-lo sob a ótica dos seguidores de Platão por uma vertente dialética, sendo difícil se caracterizar pormenorizadamente, mas tendendo fortemente a significar “o método ideal, seja ele qual for” (KERFERD, 2003, p. 113), contando que seja algo firme e imutável, detendo objetos de caráter semelhantes. Por outro lado, temos a

erística dos sofistas como uma técnica argumentativa rica, capaz de mudar o modo de como as coisas parecem ser, dando uma importância diversa a determinada coisa, dependendo de qual a intenção de quem profere o discurso.

Enfim, nota-se como a contradição tem essa finalidade em razão de retirar-nos da nossa zona de conforto pondo em jogo crenças que defendemos vigorosamente, causando uma tempestade interna, como uma confusão que nos leva a navegar em novas ideias e mundos, afundando por completo pensamentos posteriores; ou, pelo contrário, surgindo um efeito totalmente distinto, acarretando na completa devastação de qualquer consideração nova ou futura, ratificando preconceitos inerentes a nossa mente, portanto, não necessitando de nada mais a se acrescentar ou modificar. Compreendo a contradição como uma espécie de “pequeno parasita”, dado que ela causa confusão em nossos pensamentos mais concretos.

Referências bibliográficas

ANTIFONTE. (2008) *Testemunhos, fragmentos, discursos*. Trad. Luís Felipe Bellintani Ribeiro. São Paulo: Edições Loyola.

PLATÃO. (2011) *Eutidemo*. Texto estabelecido e anotado por John

Burnet. Trad. Maura Inglêsias. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Loyola.

ARAÚJO, C. (2008) *Da Arte – uma leitura do Górgias de Platão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

CASERTANO, G. (2010) *Sofista*. São Paulo: Paulus.

CASSIN, Barbara. (2005) *O Efeito Sofístico, filosofia, retórica, literatura*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro. São Paulo: Ed. 34.

GRAÇA, José Augusto Caiado Ribeiro. *Antifonte e o movimento sofista*. Revista da Faculdade de Letras: serie de filosofia, Porto, n. 11, jul. 1994.

KERFERD, G.B. (2003) *O Movimento Sofista*. Trad. Margarida Oliva. São Paulo: Edições Loyola.

MARQUES, Marcelo P. (2012) (Org.) *Teorias da imagem na antiguidade*. São Paulo: Paulus Ed.

RIBEIRO, L. F. B.(2008) *Um Antifonte Múltiplo*. In Anais de Filosofia Clássica, Acesso em: 12 de out.

SILVA, Anna. “*Persuasão e responsabilidade: itinerários de uma epopéia trágica e filosófica em Antifonte*”. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade Filosofia e Ciências Humanas, 2014.